



Análise Nº 98/2022 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/PREG

Processo SEI nº 21.0.000117897-8

Pregão Eletrônico nº 38/2022

Edital de Licitação Nº 38/2022 (3281842) / Termo de Referência Nº 43/2022 (3183895)

ANÁLISE PARA HABILITAÇÃO DE LICITANTES

(Seção XV do Edital de Licitação Nº 38/2022)

LICITANTE : R A DE MELO EIRELI, CNPJ 33.689.178/0001-40			
		Referência:	Análise:
15.2.1.	CONSULTA A CADASTROS	Consulta a Cadastros - 3338147	-
a)	Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF (Comprasnet)	Pág(s). 01/04	Atende
b)	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (CGU)	Pág(s). 05/06	Atende
c)	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNJ)	Pág(s). 07	Atende
d)	Lista de Inidôneos (TCU)	Pág(s). 05/06	Atende
15.2.2.	A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre outras sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Pág(s). 08	Atende
15.3.	HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentos de Habilitação - 3336356	-
a)	Registro comercial, no caso de empresário individual	N/A	-
b)	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva	Pág(s). 03/17	Atende
c)	Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir	N/A	-
d)	Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício	N/A	-
15.4.	HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA	Documentos de Habilitação - 3336356	-
a)	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda	Pág(s). 18/20	Atende
b)	Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede do licitante	Pág(s). 21/33	Atende
c)	Prova de regularidade para com a Fazenda Federal	Pág(s). 34	Atende
d)	Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante	Pág(s). 35/37	Atende ^[1]
e)	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social	Pág(s). 34	Atende
f)	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal	Pág(s). 38	Atende
g)	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho	Pág(s). 39	Atende
15.5.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentos de Habilitação - 3336356	-
a)	Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica	Pág(s). 64	Atende
b)	Balanco patrimonial e Demonstrações Contábeis (DRE e Balancete Contábil) do último exercício social, já exigíveis por lei, devidamente registrados nos órgãos competentes (Junta Comercial do Estado de origem), originais ou cópias autenticadas, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta	Pág(s). 41/57	Atende
b.2)	As empresas que se utilizam da ECD – Escrituração Contábil Digital deverão apresentá-las mediante recibo de entrega da declaração, bem como as informações pertinentes à sua escrituração contábil e econômica	N/A	Atende
15.5.1.	Índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade	Pág(s). 42/43; 49; 53/54; 56	Atende
15.5.2.	A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 6% do valor estimado do lote(s) arrematado(s) pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira	N/A	-

15.5.3.	O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade	Pág(s). 51/52; 57; 61/62	Atende
15.6.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentos de Habilitação - 3336356	-
a)	Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a licitante já prestou ou forneceu materiais ou serviços semelhantes ao objeto ora licitado	Pág(s). 80/91	Atende
15.7.	DECLARAÇÕES EXIGIDAS	Documentos de Habilitação - 3336356	-
a)	Declaração constante em anexo ao Edital (Anexo III)	Pág(s). 102	Atende
NOTAS EXPLICATIVAS			
N/A = Não aplicável			
[1] Licitante apresentou "Certidão de Situação Fiscal e Tributária" da SEFAZ/PI vencida (3336356, pág. 37), considerando o prazo de validade do documento (válido até 08/05/2022) em relação à data da Sessão Pública do certame (dia 01/06/2022). Conforme disposto no item 15.8.2 do Edital, os documentos extraídos do SICAF substituem os documentos relacionados no item 15.4 (Regularidade Fiscal e Trabalhista), desde que estejam disponíveis para consulta na data da Sessão Pública e se encontrem dentro do prazo de validade. Desse modo, conforme permissivo do Edital (item 15.8.2) e dos arts. 26, § 2º; 40, inciso IV c/c parágrafo único; e 43, do Decreto nº 10.024/2019, realizei consulta no SICAF no "Nível de Cadastramento IV", no entanto o referido documento não se encontra disponível para consulta (3342836, pág. 01). Ademais, com fundamento no item 15.8.3 do Edital e art. 43, § 3º do Decreto nº 10.024/2019, realizei consulta no sítio eletrônico oficial emissor da Certidão (https://webas.sefaz.pi.gov.br/certidaonft-web/index.xhtml) e solicitei a referida Certidão atualizada, contudo a consulta no Sistema resultou na situação da Certidão como "Pendente" (3342836, pág. 02), de modo que não veio a ser plenamente atendida a diligência. Nada obstante o não atendimento pleno da exigência do item 15.4.'d' do Edital, tendo em vista o enquadramento do Licitante como ME/EPP, aplica-se o benefício previsto no item 13.4 do Edital c/c art. 43, § 1º da LC 123/06 (prazo suplementar de 05 dias, prorrogável, contado da declaração como vencedor, para regularização fiscal e trabalhista).			
RESULTADO			
HABILITADO			

LICITANTE: MEDSEG DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ 17.870.686/0001-74			
		Referência:	Análise:
15.2.1.	CONSULTA A CADASTROS	Consulta a Cadastros - 3338150	-
a)	Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF (Comprasnet)	Pág(s). 01/04; 09	Atende
b)	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (CGU)	Pág(s). 05/06	Atende
c)	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNJ)	Pág(s). 07/08	Atende
d)	Lista de Inidôneos (TCU)	Pág(s). 05/06	Atende
15.2.2.	A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre outras sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Pág(s).	Atende
15.3.	HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentos de Habilitação - 3336360	-
a)	Registro comercial, no caso de empresário individual	N/A	-
b)	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva	Pág(s). 01/06	Atende
c)	Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir	N/A	-
d)	Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício	N/A	-
15.4.	HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA	Documentos de Habilitação - 3336360	-
a)	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda	Pág(s). 07	Atende
b)	Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede do licitante	Pág(s). 08/10	Atende
c)	Prova de regularidade para com a Fazenda Federal	Pág(s). 11	Atende
d)	Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante	Pág(s). 12/14	Atende
e)	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social	Pág(s). 11	Atende
f)	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal	Pág(s). 15	Atende
g)	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho	Pág(s). 16	Atende
15.5.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentos de Habilitação - 3336360	-
a)	Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica	Pág(s). 17	Atende
b)	Balanço patrimonial e Demonstrações Contábeis (DRE e Balancete Contábil) do último exercício social, já exigíveis por lei, devidamente registrados nos órgãos competentes (Junta Comercial do Estado de origem), originais ou cópias autenticadas, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua	Pág(s). 18/20; 24/26	Atende

	substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta		
b.2)	As empresas que se utilizam da ECD – Escrituração Contábil Digital deverão apresentá-las mediante recibo de entrega da declaração, bem como as informações pertinentes à sua escrituração contábil e econômica	Pág(s). 27	Atende
15.5.1.	Índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade	Pág(s). 18/20; 24	Atende
15.5.2.	A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 6% do valor estimado do lote(s) arrematado(s) pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira	N/A	-
15.5.3.	O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade	Pág(s). 27	Atende
15.6.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentos de Habilitação - 3336356	-
a)	Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a licitante já prestou ou forneceu materiais ou serviços semelhantes ao objeto ora licitado	Pág(s). 30	Atende
15.7.	DECLARAÇÕES EXIGIDAS	Documentos de Habilitação - 3336360	-
a)	Declaração constante em anexo ao Edital (Anexo III)	-	Não apresentou ^[1]
NOTAS EXPLICATIVAS			
N/A = Não aplicável			
[1] Licitante assinalou no Sistema Compras.gov.br as declarações de concordância com os termos do Edital e de cumprimento dos requisitos de Habilitação (itens 3.9.2 e 5.3 do Edital de Licitação Nº 38/2022) (3342339). Contudo, não apresentou a Declaração específica do Anexo III do Edital. Nada obstante, adotando como diretriz de boa prática o entendimento firmado no Acórdão 988/2022 - Plenário TCU , cabe a adoção de diligência destinada a complementar a instrução processual (com fundamento no item 29.5 do Edital), realizando solicitação ao Licitante para que ratifique a afirmação já apresentada de atendimento a todos os requisitos de Habilitação (inclusive quanto às exigências das Resoluções/CNJ nº 07/2005 e nº 156/2012) mediante nova Declaração específica na forma definida no Anexo III do Edital, em complemento à Declaração genérica de atendimento aos requisitos de Habilitação assinalada no Sistema Compras.gov.br (3342339).			
RESULTADO			
HABILITADO			

LICITANTE: L G CARVALHO & CIA LTDA, CNPJ 06.611.446/0001-39			
		Referência:	Análise:
15.2.1.	CONSULTA A CADASTROS	Consulta a Cadastros - 3338161	-
a)	Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF (Comprasnet)	Pág(s). 03	Atende
b)	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (CGU)	Pág(s). 04/05	Atende
c)	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNJ)	Pág(s). 08	Atende
d)	Lista de Inidôneos (TCU)	Pág(s). 04/05	Atende
15.2.2.	A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre outras sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Pág(s). 06/07; 09/10	Atende
15.3.	HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentos de Habilitação - 3336361	-
a)	Registro comercial, no caso de empresário individual	N/A	-
b)	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva	Pág(s). 01/19	Atende
c)	Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir	N/A	-
d)	Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidora ou nomeação da diretoria em exercício	N/A	-
15.4.	HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA	Documentos de Habilitação - 3336361	-
a)	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda	Pág(s). 20	Atende
b)	Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede do licitante	Pág(s). 21	Atende ^[1]
c)	Prova de regularidade para com a Fazenda Federal	Pág(s). 22	Atende
d)	Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante	Pág(s). 23/25	Atende
e)	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social	Pág(s). 22	Atende
f)	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal	Pág(s). 26	Atende

g)	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho	Pág(s). 27	Atende
15.5.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentos de Habilitação - 3336361	-
a)	Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica	Pág(s). 28	Atende
b)	Balço patrimonial e Demonstrações Contábeis (DRE e Balancete Contábil) do último exercício social, já exigíveis por lei, devidamente registrados nos órgãos competentes (Junta Comercial do Estado de origem), originais ou cópias autenticadas, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta	Pág(s). 29/41	Atende
b.2)	As empresas que se utilizam da ECD – Escrituração Contábil Digital deverão apresentá-las mediante recibo de entrega da declaração, bem como as informações pertinentes à sua escrituração contábil e econômica	Pág(s). 30	Atende
15.5.1.	Índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade	Pág(s). 31/38	Atende
15.5.2.	A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 6% do valor estimado do lote(s) arrematado(s) pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira	N/A	-
15.5.3.	O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade	Pág(s). 30; 41	Atende
15.6.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentos de Habilitação - 3336361	-
a)	Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a licitante já prestou ou forneceu materiais ou serviços semelhantes ao objeto ora licitado	Pág(s). 43	Atende
15.7.	DECLARAÇÕES EXIGIDAS	Documentos de Habilitação - 3336361	-
a)	Declaração constante em anexo ao Edital (Anexo III)	Pág(s). 44	Atende
NOTAS EXPLICATIVAS			
N/A = Não aplicável			
[1] Licitante não apresentou, entre a documentação juntada no Sistema Compras.gov.br, Comprovante de Inscrição Estadual, documento exigido no item 15.4.'b' do Edital. Conforme disposto no item 15.8.2 do Edital, os documentos extraídos do SICAF substituem os documentos relacionados no item 15.4 (Regularidade Fiscal e Trabalhista), desde que estejam disponíveis para consulta na data da Sessão Pública e se encontrem dentro do prazo de validade. Desse modo, conforme permissivo do Edital (item 15.8.2) e dos arts. 26, § 2º; 40, inciso IV c/c parágrafo único; e 43, do Decreto nº 10.024/2019, realizei consulta no SICAF no "Nível de Cadastramento IV" (3341741, pág. 01), a partir de onde extraí o referido documento, constatando sua regularidade (3341741, pág. 02). Dessa forma, conclui-se que o Licitante atende ao item 15.4.'b' do Edital.			
RESULTADO			
HABILITADO			

LICITANTE: PROLIMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ 40.764.896/0001-08			
		Referência:	Análise:
15.2.1.	CONSULTA A CADASTROS	Consulta a Cadastros - 3338152	-
a)	Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF (Comprasnet)	Pág(s). 01/08	Atende
b)	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (CGU)	Pág(s). 09/10	Atende
c)	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNJ)	Pág(s). 11	Atende
d)	Lista de Inidôneos (TCU)	Pág(s). 09/10	Atende
15.2.2.	A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre outras sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Pág(s). 12	Atende
15.3.	HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentos de Habilitação - 3336369	-
a)	Registro comercial, no caso de empresário individual	N/A	-
b)	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva	Pág(s). 01/08	Atende
c)	Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir	N/A	-
d)	Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício	N/A	-
15.4.	HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA	Documentos de Habilitação - 3336369	-
a)	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda	Pág(s). 09/11	Atende
b)	Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à	Pág(s). 12/12	Atende

u)	sede do licitante	Pág(s). 12/13	Atende
c)	Prova de regularidade para com a Fazenda Federal	Pág(s). 14	Atende
d)	Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante	Pág(s). 15/16	Atende
e)	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social	Pág(s). 14	Atende
f)	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal	Pág(s). 17	Atende
g)	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho	Pág(s). 18	Atende
15.5.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentos de Habilitação - 3336369	-
a)	Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica	Pág(s). 19/21	
b)	Balço patrimonial e Demonstrações Contábeis (DRE e Balancete Contábil) do último exercício social, já exigíveis por lei, devidamente registrados nos órgãos competentes (Junta Comercial do Estado de origem), originais ou cópias autenticadas, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta	Pág(s). 22/29; 32/45	Atende
b.2)	As empresas que se utilizam da ECD – Escrituração Contábil Digital deverão apresentá-las mediante recibo de entrega da declaração, bem como as informações pertinentes à sua escrituração contábil e econômica	Pág(s). 24/25	Atende
15.5.1.	Índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade	Pág(s). 26/27; 32/34; 39	Atende
15.5.2.	A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 6% do valor estimado do lote(s) arrematado(s) pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira	N/A	-
15.5.3.	O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade	Pág(s). 24/25; 45; 46	Atende
15.6.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentos de Habilitação - 3336369	-
a)	Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a licitante já prestou ou forneceu materiais ou serviços semelhantes ao objeto ora licitado	Pág(s). 47/53	Atende
15.7.	DECLARAÇÕES EXIGIDAS	Documentos de Habilitação - 3336369	-
a)	Declaração constante em anexo ao Edital (Anexo III)	Pág(s). 58	Atende
NOTAS EXPLICATIVAS			
N/A = Não aplicável			
RESULTADO			
HABILITADO			

LICITANTE: NATURE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E COSMETICOS EIRELI, CNPJ 37.627.260/0001-00			
	-	Referência:	Análise:
15.2.1.	CONSULTA A CADASTROS	Consulta a Cadastros - 3338154	-
a)	Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF (Comprasnet)	Pág(s). 01/03	Atende
b)	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (CGU)	Pág(s). 04/05	Atende
c)	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNJ)	Pág(s). 06	Atende
d)	Lista de Inidôneos (TCU)	Pág(s). 04/05	Atende
15.2.2.	A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre outras sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	Pág(s). 07	Atende
15.3.	HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentos de Habilitação - 3336373	-
a)	Registro comercial, no caso de empresário individual	N/A	-
b)	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva	Pág(s). 01/09	Atende
c)	Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir	N/A	-
d)	Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício	N/A	-
15.4.	HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA	Documentos de Habilitação - 3336373	-
a)	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda	Pág(s). 14	Atende
	Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à		

b)	Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo a sede do licitante	Pág(s). 15/16	Atende
c)	Prova de regularidade para com a Fazenda Federal	Pág(s). 17	Atende
d)	Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante	Pág(s). 18/19	Atende
e)	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social	Pág(s). 17	Atende
f)	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal	Pág(s). 20	Atende
g)	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho	Pág(s). 21	Atende
15.5.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentos de Habilitação - 3336373	-
a)	Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica	Pág(s). 22	Atende
b)	Balço patrimonial e Demonstrações Contábeis (DRE e Balancete Contábil) do último exercício social, já exigíveis por lei, devidamente registrados nos órgãos competentes (Junta Comercial do Estado de origem), originais ou cópias autenticadas, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta	Pág(s). 23/37	Atende
b.2)	As empresas que se utilizam da ECD – Escrituração Contábil Digital deverão apresentá-las mediante recibo de entrega da declaração, bem como as informações pertinentes à sua escrituração contábil e econômica	N/A	Atende
15.5.1.	Índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade	Pág(s). 26/28; 31	Atende
15.5.2.	A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 6% do valor estimado do lote(s) arrematado(s) pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira	N/A	-
15.5.3.	O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade	Pág(s). 33/34; 38	Atende
15.6.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentos de Habilitação - 3336373	-
a)	Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a licitante já prestou ou forneceu materiais ou serviços semelhantes ao objeto ora licitado	Pág(s). 39	Atende
15.7.	DECLARAÇÕES EXIGIDAS	Documentos de Habilitação - 3336373	-
a)	Declaração constante em anexo ao Edital (Anexo III)	Pág(s). 45	Atende
NOTAS EXPLICATIVAS			
N/A = Não aplicável			
RESULTADO			
HABILITADO			

Fernando Moura Rêgo Nogueira Leal
Pregoeiro TJ/PI
Teresina/PI, 07/junho/2022




Documento assinado eletronicamente por **Fernando Moura Rêgo Nogueira Leal**, Pregoeiro, em 07/06/2022, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **3338164** e o código CRC **E68B57E8**.

Consulta Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**Fornecedor**

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Situação do Fornecedor	DUNS®	
06.611.446/0001-39	L G CARVALHO & CIA LTDA	ARMAZEM CARVALHO	Credenciado	898578547	
Data de Vencimento do Cadastro	Situação do Nível IV				
13/09/2022	Cadastrado				

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual	Arquivo Comprobatório
<input type="text" value="194022757"/>	DOWNLOAD
Inscrição Municipal	Arquivo Comprobatório
<input type="text" value="0064297"/>	DOWNLOAD

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante

 Certidão Decisão Judicial IsençãoCódigo de Controle da Certidão
2205240661144600013901Data de Validade
Arquivo Comprobatório
[DOWNLOAD](#)**Comprovante de Regularidade Municipal**

Tipo de Comprovante

 Certidão Decisão Judicial IsençãoCódigo de Controle da Certidão
139.119/22-45Data de Validade
Arquivo Comprobatório
[DOWNLOAD](#)

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

[VOLTAR](#)[RELATÓRIO](#)[REALIZAR NOVA PESQUISA](#)[VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL](#)



ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
3ª GERAT: GERÊNCIA REGIONAL DE
ATENDIMENTO TERESINA



INSCRIÇÃO ESTADUAL

Número 194022757

Nome Fantasia: ARMAZEM CARVALHO

Razão Social: L G CARVALHO & CIA LTDA

CNPJ: 06.611.446/0001-39

Atividade Principal: 4691-5/00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios

Atividade(s) Secundária(s) CNAE: 4693-1/00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários, 4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, 4721-1/04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes

Município: Teresina

Endereço: AVENIDA MARANHÃO, CENTRO

CEP: 64000010

Local e data: Teresina, sexta, 18 de dezembro de 2020

IRÃ DE SOUSA PIMENTEL

3ª GERAT: Gerência Regional de Atendimento Teresina

Código de Autenticidade: **20AKM2XS15**

EMITIDO PELO FUNCIONÁRIO JOSENILDO PORTO DA PAZ

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

VOCÊ ESTÁ AQUI: [Home](#) > [Cadastro Centralizado de Contribuinte](#)

Identificação

CNPJ-8: 06.611.446
L G CARVALHO & CIA LTDA

Relação de Contribuintes

UF	CNPJ	IE	Tipo IE	Situação IE	Situação CNPJ	UF Endereço
PI - 22	06.611.446/0001-39	194022757	IE Normal	Habilitado	Sem restrição	PI

[Contribuinte](#) [Histórico](#) [Mesmo CNPJ em todas as UF](#)

Identificação do Contribuinte

L G CARVALHO & CIA LTDA	Nome da Empresa:
PI - 22	UF:
06.611.446/0001-39	CNPJ:
Sem restrição	Situação CNPJ:
194022757	Inscrição Estadual (IE):
Habilitado	Situação IE:
IE Normal	Tipo IE:
4691500	CNAE Principal
06/01/2020	Data Situação na UF:

Dados do Contribuinte

ARMAZEM CARVALHO	Nome Fantasia:
20/01/1975	Data Início Atividade:
	Data Fim Atividade:
	Regime de Tributação:

UF	CNPJ	IE	Tipo IE	Situação IE	Situação CNPJ	UF Endereço
Normal						
Obrigatória						
Demais empresas						
4691500						
Não						
Não						
Informação da IE como Destinatário:						
Porte da Empresa:						
CNAE Principal:						
Crédito Presumido:						
Tipo Produtor:						
Dados de Endereço						
2211001 - Teresina						
PI						
AVE MARANHÃO						
289						
SUL						
CENTRO						
64001010						
Município IBGE:						
UF de Localização:						
Logradouro:						
Nro:						
Complemento:						
Bairro:						
CEP:						

[Voltar](#)



DECLARAÇÃO

Pregão eletrônico 38/2022 UASG 926454

Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao pregão nº 38/2022 da UASG 926454 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUI .

CNPJ: 17.870.686/0001-74 - MEDSEG DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

Teresina, 26 de Maio de 2022.



Fechar



Declaração de Inexistência de Fato Superveniente

Pregão eletrônico 38/2022 UASG 926454



MEDSEG DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ nº **17.870.686/0001-74**, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Teresina, 26 de Maio de 2022.



Fechar

Consulta Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**Fornecedor**


CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Situação do Fornecedor	DUNS®	
33.689.178/0001-40	R A DE MELO EIRELI	BIOSERVE SAUDE AMBIENTAL	Credenciado	894247200	
Data de Vencimento do Cadastro	Situação do Nível IV				
31/10/2022	Cadastrado - Possui pendência 				

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual	Arquivo Comprobatório
<input type="text" value="196436222"/>	↓ DOWNLOAD
Inscrição Municipal	Arquivo Comprobatório
<input type="text" value="6116418"/>	↓ DOWNLOAD

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante
 Certidão Decisão Judicial Isenção

Código de Controle da Certidão	Data de Validade	Arquivo Comprobatório
220542202843000110	<input type="text" value="03/08/2022"/>	↓ DOWNLOAD 

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante
 Certidão Decisão Judicial Isenção

Código de Controle da Certidão	Data de Validade	Arquivo Comprobatório
155.618/22-52	<input type="text" value="03/08/2022"/>	↓ DOWNLOAD 

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

[VOLTAR](#)[RELATÓRIO](#)[REALIZAR NOVA PESQUISA](#)[VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL](#)



Consultar Certidão

Consultar Certidão Situação

FILTROS

CNPJ

33.689.178/0001-40

Consultar

RESULTADOS

Solicitações Disponíveis

Ações	Solicitação N°	Data e Hora	Status (Aguardando Análise, Em Análise, Aprovada, Indeferida, Vencida)
	2206063368917800014001	06/06/2022 11:24:50	Pendente
	2205123368917800014002	12/05/2022 14:51:40	Pendente
	2205123368917800014001	12/05/2022 12:02:51	Pendente
	2203093368917800014001	09/03/2022 16:56:17	Vencida
	2201123368917800014001	12/01/2022 18:18:24	Vencida
	2111093368917800014001	09/11/2021 11:55:54	Vencida
	2110143368917800014001	14/10/2021 11:09:43	Vencida
	2109103368917800014001	10/09/2021 11:19:55	Vencida
	2107133368917800014001	13/07/2021 09:36:19	Vencida
	2105193368917800014001	19/05/2021 08:29:48	Vencida

1 2 3 » >

